

## DOCUMENTO

### IIª SEMANA SOCIAL DA BAHIA: OUTRA BAHIA É POSSÍVEL

#### CARTA ABERTA

*Considerando:*

- Ser o Brasil um país de dimensões continentais, com grandes recursos naturais, econômicos e culturais;
- Ser a Bahia o Estado de maior território do Nordeste, de grandes potenciais econômicos, a quinta economia do país;
- Estarem as riquezas nacionais e baianas concentradas em mãos de poucos grupos econômicos, em prejuízo do seu povo, fazendo com que a capital do estado, Salvador, ocupe o segundo lugar em níveis de pobreza entre as capitais do país;
- Estar a atuação governamental no Brasil e, principalmente, na Bahia voltada para o atendimento de interesses privados de grupos privilegiados;
- O absoluto descaso da ação pública frente a questões vitais para a sociedade, a exemplo da questão ambiental, dos mananciais aquíferos, da reforma agrária, da geração de emprego, da segurança pública, da agricultura familiar e camponesa, dos direitos fundamentais da pessoa humana (saúde, educação, trabalho);
- O abandono demonstrado para com a diversidade étnica, à questão de gênero, de gerações e das minorias sociais;
- A ausência de políticas públicas de interesse social para os meios urbano e rural;
- As fragilidades da sociedade civil organizada nos movimentos e pastorais sociais.

*A IIª Semana Social da Bahia*, reunida em Feira de Santana (BA) nos dias 5 a 7 de maio de 2005, com a participação de bispos, padres, religiosos, religiosas, evangélicos, leigos, lideranças dos movimentos sociais e populares, num total de 482 pessoas, em sintonia e solidariedade com a *Marcha pela Reforma Agrária* que caminha para Brasília (DF) e numerosas mobilizações da sociedade baiana, *torna público*:

- A necessidade de o governo federal, o governo estadual e os governos municipais dirigirem a sua ação de acordo com os clamores da sociedade, adequando a economia aos interesses populares e democratizando o acesso à terra, dando passos concretos para romper com os laços que mantêm nosso

país na dependência de outras nações e grupos econômicos, manifestos especialmente na dívida externa;

- A necessidade de implementar políticas públicas que respondam aos principais desafios da atualidade: distribuição de renda, geração de emprego e renda, ampliação e melhoria dos serviços públicos de saúde, de educação, de preservação da água e do meio ambiente, de respeito aos direitos humanos, de fortalecimento da agricultura familiar, de valorização das iniciativas comunitárias;
- A necessidade de maior valorização da cidadania por meio da construção de espaços efetivos de controle social das políticas públicas e da ação governamental como um todo pela sociedade civil através de plebiscitos e referendos.

*Recomenda:*

1. Melhorar a compreensão do fenômeno da urbanização com todas suas conseqüências e problemas, com medidas efetivas para a reforma urbana, construção de moradias, saneamento básico, transporte público e segurança pública;
2. Revigorar os movimentos sociais e populares, retomando a luta da cidadania ativa, pressionando os governantes pela efetivação dos direitos individuais e sociais e o atendimento às expectativas populares;
3. Implementar políticas de educação que contemplem a formação cidadã, étnica, de gênero e de gerações, no campo e nas cidades;
4. Promover maior articulação entre os movimentos sociais e populares e as pastorais que já atuam na defesa da água, visando maior informação e consciência do povo e mais força para enfrentar o problema da comercialização privada da água;
5. Reforçar as iniciativas de revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco, alertando a sociedade sobre os interesses econômicos presentes na proposta de transposição de suas águas;
6. Promover ações que favoreçam a consciência crítica das bases, exigindo políticas públicas de distribuição e de geração de renda;
7. Construir o desenvolvimento sustentável que tenha como foco a comunidade, que fortaleça a agricultura familiar adequada à região e que respeite a cultura popular e o meio ambiente;
8. Valorizar os recursos naturais, aproveitando a água da chuva, preservando a diversidade da caatinga, dos cerrados e das matas e assegurando a produção limpa de alimentos;

9. Ampliar as ações de conscientização sobre o meio ambiente, exigindo do poder público o cumprimento de suas funções e criando instrumentos que permitam à comunidade e aos cidadãos o direito de interferir na defesa ambiental;

10. Efetivar maior organização e articulação das forças sociais, expressas através dos movimentos sociais e populares, das organizações comunitárias, ONGs, sindicatos e das pastorais sociais para que possam, coletivamente, construir caminhos que conduzam a uma **Nova Bahia** onde reinem a democracia, a participação popular e a implementação de políticas públicas que respondam às demandas sociais e populares.

*“Não temam, Eu estou com vocês sempre...  
para construir novos céus e novas terras”  
(cf. Mt 28,20 e Ap 21,1)*

*Feira de Santana, 7 de maio de 2005.*

**Plenária Geral da IIª Semana Social da Bahia**